



## Argentina e as perspectivas de crise energética<sup>1</sup>

Nivalde J. de Castro<sup>2</sup>

A Argentina enfrenta uma situação de crise energética complexa que exigirá medidas radicais para a Presidente da República, eleita neste domingo, dia 23 de outubro.

A economia argentina cresce a taxas elevadas, mas apoiada principalmente no setor agroindustrial que vem sendo estimulado pela elevação do preço das *commodities* agrícolas no mercado internacional. No entanto este crescimento expressivo não gera expectativas e plena confiança aos agentes produtivos uma vez que o INDEC (IBGE argentino) divulga dados não confiáveis sobre PIB e inflação desde a intervenção governamental na instituição.

---

<sup>1</sup> Publicado no Jornal da Energia, São Paulo.. Disponível em [http://www.jornaldaenergia.com.br/artigo\\_leer.php?id\\_artigo=50](http://www.jornaldaenergia.com.br/artigo_leer.php?id_artigo=50). Acessado em 27 de outubro de 2011

<sup>2</sup> Professor do Instituto de Economia da UFRJ e coordenador do GESEL – Grupo de Estudos do Setor Elétrico – [nivalde@ufrj.br](mailto:nivalde@ufrj.br)

O FMI vem questionando a credibilidade dos dados do INDEC tendo alertado para a possibilidade de impor sanções à Argentina. A Presidenta Cristina K. conseguiu obter do FMI prazo de seis meses para apresentar sua defesa, período estratégico, pois tirou esta questão dos holofotes da campanha eleitoral. Como resultado o cenário econômico pós-eleição indica a necessidade de um ajuste estatístico que, ao ocorrer, resultará em elevação da inflação e diminuição do PIB.

No setor energético, infra-estrutura básica para o crescimento econômico, a situação mostra-se concretamente grave. A Argentina vem enfrentando crises de suprimento, quando o consumo de gás natural residencial aumenta nos invernos, crises endêmicas como uma febre malária. O principal e único instrumento de ajuste entre a maior demanda e a insuficiente oferta que o governo usa são cortes na oferta de gás natural para os 300 maiores consumidores industriais e de centrais termoelétricas afetando direta e negativamente a produção industrial.

Segundo documento recente elaborado por oito ex-ministros de energia,<sup>3</sup> o marco regulatório e a política que norteia o setor de energia argentino são inconsistentes e instáveis desde 2003, sujeitando-se a medidas conjunturais e emergenciais como o racionamento invernal.

---

<sup>3</sup> Ver em APUD, E. *et al.* **La Verdadera situación energética que encontrará el nuevo gobierno.** Disponível em [http://iae.org.ar/exsecs/Ex\\_Secretarios\\_Verdadera\\_Situacion\\_Energetica\\_04\\_07\\_2011.pdf](http://iae.org.ar/exsecs/Ex_Secretarios_Verdadera_Situacion_Energetica_04_07_2011.pdf). Acessado em 21 julho 2011.

Em curto período de tempo a Argentina perdeu a auto-suficiência energética. Em paralelo passou a adotar uma política tarifária para energia elétrica, petróleo e gás apoiada em subsídios. O custo dos subsídios atingiu a cifra de US\$ 7 bilhões em 2010, podendo atingir cerca de US\$ 20 bilhões em 2011, comprometendo as finanças públicas. Os investimentos no setor de energia são insuficientes para atender o crescimento da demanda, sendo realizados sem planejamento, em caráter emergencial, financiado com recursos públicos que contratam empresas construtoras sem critérios transparentes, resultando em atrasos e custos finais elevados.

Neste sentido, a questão central e estratégica diz respeito à insuficiência dos investimentos para reverter o crescente desequilíbrio entre oferta e demanda de energia, isto para um país que era não só auto-suficiente, mas exportador de petróleo, incluso para o Brasil. Em 2006 o saldo comercial nas exportações de recursos energéticos foi de 5,6 US\$ bilhões e em 2010 o déficit foi de 3 US\$ bilhões. A perda da auto-suficiência torna a Argentina cada vez mais importadora de recursos energéticos. Nesta direção de dependência energética, em maio de 2011 o governo argentino firmou contrato de 20 anos para importação de GNL de Qatar a preços altos, sem licitação e transparência conforme assinalado pelo documento supracitado.

A manutenção da política de subsídio é insustentável por comprometer cada vez mais a balança de pagamentos, estimando-se

déficit total superior a U\$3 bilhões para 2011. Por outro lado, o déficit no orçamento público tende a crescer muito influenciado pela campanha eleitoral.

Desta forma, pode-se admitir que uma política de tarifas mais realista terá que ser adotada possivelmente em conjunto com uma reforma do marco regulatório e elaboração de plano estratégico para permitir a retomada dos investimentos em novas unidades geradoras de energia elétrica. O problema é que como a atual mensuração da inflação é subestimada, a revisão metodologia por pressão do FMI abrirá outra vertente de pressão inflacionária provocando uma onda de instabilidade monetária e cambial, que influenciará a atividade econômica.

Nestes termos, a conclusão é que no atual “modelo do setor de energia” a conta da energia não fecha, ficando assim sem condições de sustentação. Medidas mais consistentes e sérias terão que ser tomadas a partir de dezembro de 2011 com implicações e resultantes difíceis de previsão.